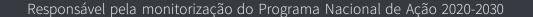


BALANÇO '24 E EVOLUÇÃO

2018-2024









2024 testou uma reforma que evitou piores danos*



Ano com menos incêndios de que há registo

2024 torna-se assim o ano em que ocorreu o menor número de incêndios rurais de sempre Fragilidades continuam a expor o país ao risco extremo

Em dias críticos é urgente mais gestão ativa do território, coordenação operacional entre entidades, melhor qualidade da decisão e acelerar a execução da estratégia definida no PNGIFR 20-30

2024 demonstrou que a estratégia está na direção certa...

... mas é URGENTE acelerar as reformas planeadas

^{*}Black Sky Forever no PNGIFR 20-30

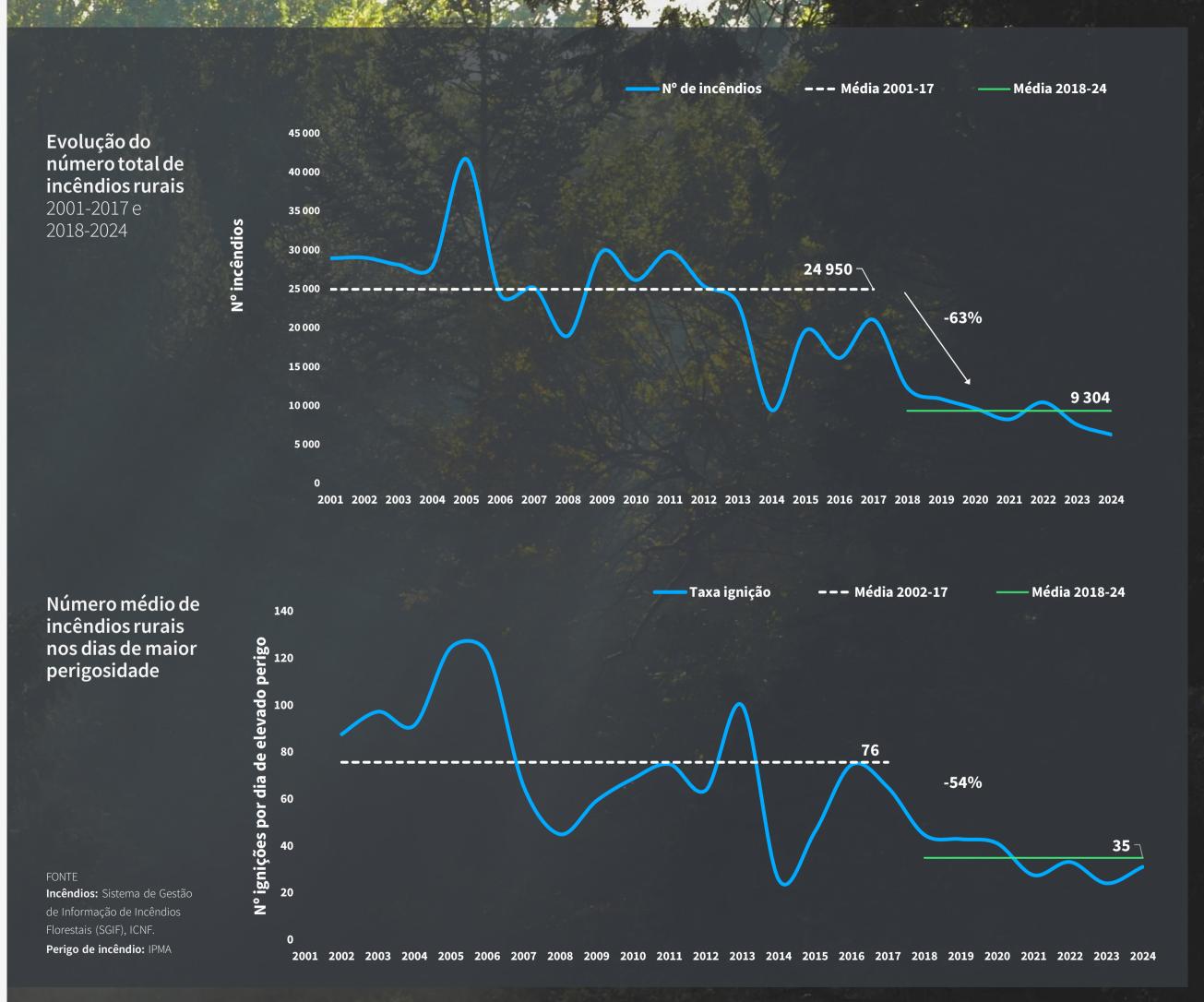
Número de incêndios continua a diminuir

Em 2024 registaram-se 62 55 incêndios rurais (-17% face a 2023).

No período pós 2017 (2018-2024)

- → Diminuição de 63% face à média anual do período 2001-2017 (menos 15 648)
- → Consolidou a tendência de redução do número médio de incêndios em dias de meteorologia severa*, com quedas de 54% na comparação dos mesmos períodos

*FWI > 38,3



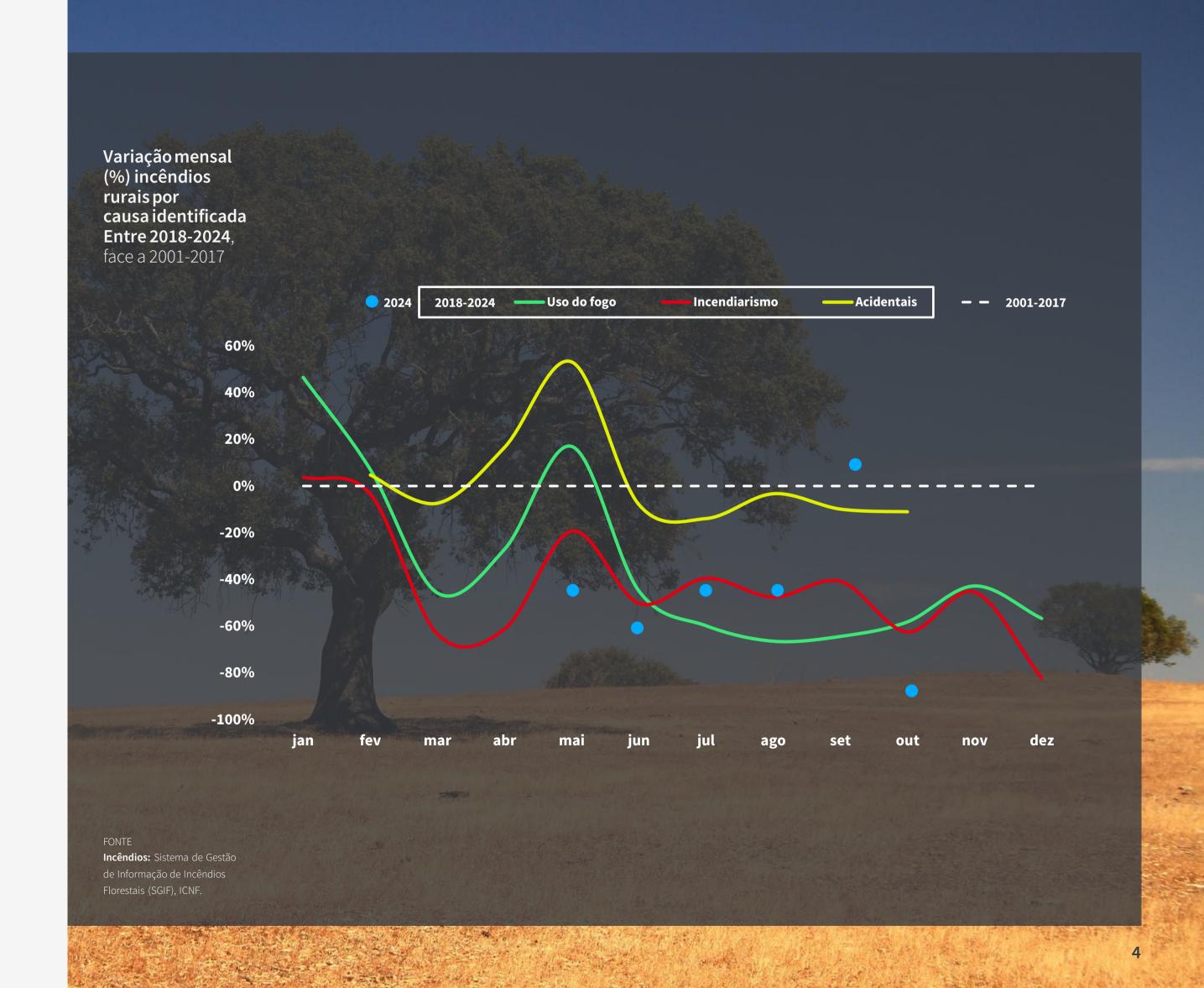
ATIVIDADES 2024 E TENDÊNCIA 2018-2024

Diminuição do número de incêndios no verão

No período pós 2017 (2018-2024), quando comparado com 2001-2017 (em referência mensal)

A tendência de diminuição do número de incêndios verificou-se ao nível das principais causas, principalmente nos meses de maior severidade.

- → População opta por usar o fogo na primavera e evita no verão
- → O incendiarismo é a principal causa (responsável por 84% da área ardida)
- → Em 2024 houve 45 dias de elevado perigo de incêndio (FWI), menos 18 dias que em 2023. A chuva intensa, no inverno e primavera, favoreceu o crescimento da vegetação



Menor número de incêndios com menos de 500 ha

Os incêndios de maior dimensão reduziram desde 2017.

- → Desde a implementação do PNGIFR, no período acumulado de 2020-2024, os grandes incêndios representam 0,23% das ocorrências
- → Em 2024 confirmou-se a redução do número de incêndios até 100 ha
- → No entanto, em 2024, registam-se 35 incêndios com mais de 500 ha (mais do dobro do que na média 2018-2024, mas abaixo dos 49 na média 2001-2017)



2024 inverte tendência de redução de área ardida

Bastaram 3 dias em setembro, com eventos meteorológicos extremos, para testar o esforço de redução de área ardida (92% do total de área ardida).

- → A área ardida em 2024 foi quatro vezes maior do que em 2023
- → No entanto, a média de área ardida anual continua abaixo do que acontecia antes de 2017 – diminuição de 59% face à média anual 2001-2017
- → Em termos da incidência no território, a proporção de área ardida anual, passou de 3%/ano para 1%/ano



Maior investimento de sempre no Sistema

2024 foi o ano com maior investimento no Sistema (+155M€ face a 2023), somando agora 638M€.

A OCDE indica que apesar deste aumento, Portugal necessita de uma estratégia de financiamento coerente.

2017-2024:

- → Despesa executada 4,5x superior a 2017
- → Aumento de 45% em recursos humanos
- → Aumento de 50% em meios aéreos
- \rightarrow A taxa de profissionais é de 71%



N.º de vitimas fatais diretas em incêndios

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Vítimas civis diretas de incêndios	116	-	-	-	-	-	-	3
Vítimas civis em queimadas ou acidentes	n.d.	12	10	3	4	2	-	4
Operacionais	3	1	-	6	2	2	-	9
TOTAL VÍTIMAS	119	13	10	9	6	4	-	16

FONTE: ANEPC e GNR

ESTAMOS A TRABALHAR PARA QUE NÃO EXISTAM PERDA DE VIDA HUMANAS EM INCÊNDIOS

Um trabalho realizado em estreita colaboração com a população para:

Garantir o aviso atempado em caso de perigo

Assegurar a rotina de evacuação a tempo

Comunicar as melhores práticas de segurança

Manter as vias de circulação limpas

Envolver os proprietários na limpeza de vegetação em redor das suas habitações

Assegurar que são conhecidas as medidas de autoproteção em caso de incêndio

Em 2024 registaram-se 16 vítimas mortais, das quais 3 civis em incêndios

Programa Nacional de Ação 2020-2030

Objetivos: identificar metas, dimensionar 97 projetos, estimar orçamentos e clarificar a distribuição de responsabilidades, com 7000M€ de orçamento até 2030.

Acompanhe a evolução da monitorização do Programa Nacional de Ação 20-30 através dos relatórios trimestrais (www.agif.pt)

2024

GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO*



48%



+9% face a 2023



88%

dos projetos em curso



dos projetos por iniciar 9 de 97



projetos já concluídos

+1 que em 2023

SITUAÇÃO GLOBAL

- → Programas de Ação em monitorização
- → 633 iniciativas de nível nacional alvo de reporte trimestral, das quais 25% já se encontram concluídas

DESAFIOS

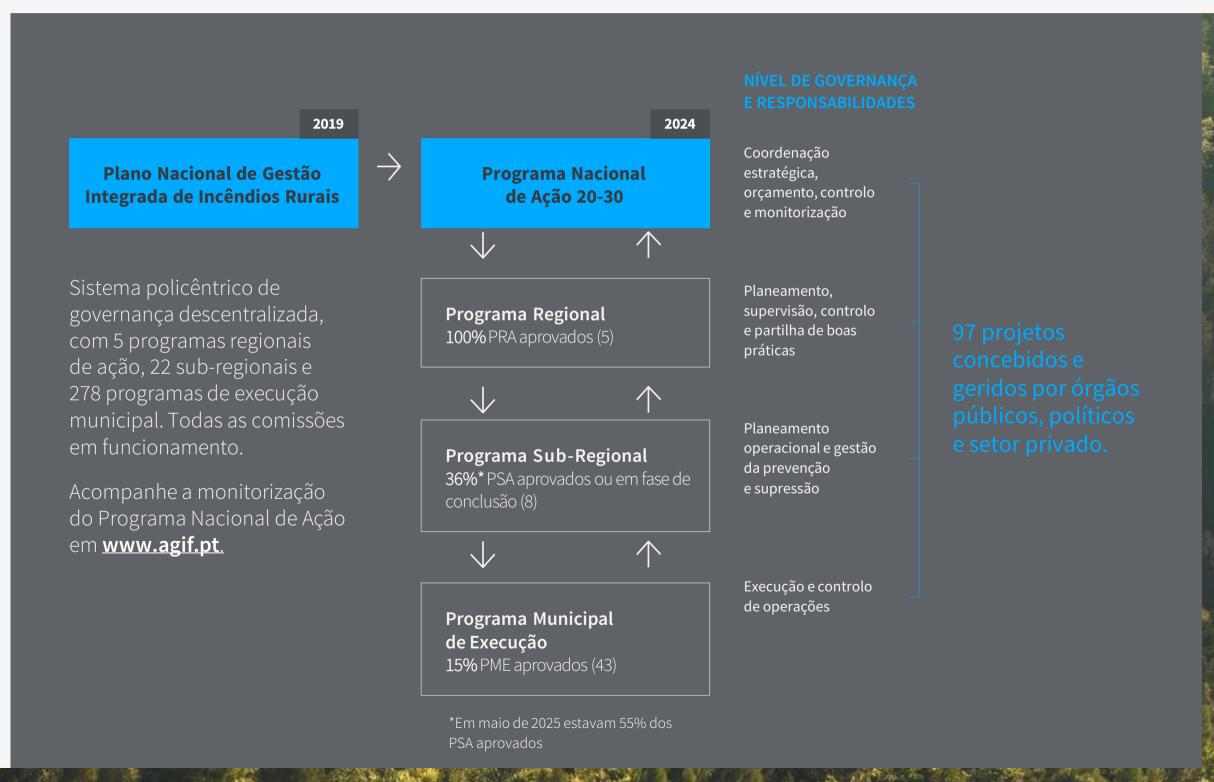
- → Falta de recursos humanos e/ou financeiros
- → Diferença entre as metas aprovadas no PNA e as metas executáveis pelas entidades
- → Necessidade de maior articulação entre entidades
- → Falta definição de metas trimestrais e anuais

ATIVIDADES 2024 E TENDÊNCIA 2018-2024

^{*} **FONTE:** Relatório SGIFR 2024

Trabalhar em conjunto com todas as instituições e em todas as regiões





ATIVIDADES 2024 E TENDÊNCIA 2018-2024

Como garantir Portugal protegido de incêndios rurais graves

O que falta ainda fazer?

Portugal enfrenta o paradoxo do fogo: reduzimos o número de incêndios, mas sem gestão ativa da vegetação acumulámos combustível que pode alimentar incêndios mais rápidos, severos e destrutivos.

60 000 ha/ano

Área ardida

Proprietários mobilizados para gerir os seus ativos de forma agregada, canalizando poupanças e fundos do PT2030 e PAC para a gestão das florestas

Melhor regulação dos recursos florestais pelo Estado e mais hectares geridos de forma sustentável

Alteração de comportamentos da população para tratar da vegetação em torno das habitações Redução de

80%

do número de incêndios

< **1%**

Número de reacendimentos

Populações confinadas ou evacuadas atempadamente

Prejuízos prontamente suportados pelos seguros

Alteração do regime sucessório

Mais informação Melhor decisão

Maior integração e mobilização: estado, privados e sociedade portuguesa

Resistir à armadilha do combate, e apostar na prevenção, com maior investimento nesta fase

Integrada de Fogos Rurais –
garantindo o seu acompanhamento
político e alinhamento com outros
instrumentos governamentais

Implementar os Programas Regionais, Sub-Regionais e Municipais no âmbito do SGIFR

Alavancar a campanha Portugal Chama e projeto Raposa Chama – com endosso político

Conhecimento e avaliação do impacto do investimento no território

Alinhar as políticas públicas valorizar os recursos florestais e conferir estabilidade na gestão do território

Assegurar articulação operacional e financeira – ao nível das instituições e garantindo financiamento para os projetos do PNA

Revisão dos estímulos aos privados – com forte apoio político

Aumentar a área com gestão de combustível em áreas contínuas

Alterar o regime sucessório

Um Sistema eficiente

A reforma introduzida pelo SGIFR incrementa a eficiência e reduz desperdício.

É necessário **reduzir as ineficiências** através de **decisões melhor informadas**

A **adoção de processos de trabalho** bem documentados incrementa a previsibilidade dos resultados

É importante **assumir as**responsabilidades definidas no
PNGIFR, eliminando redundâncias e
lacunas

Criar um **orçamento dedicado ao SGIFR** simplifica processos e elimina desperdícios

O Sistema de Informação de Fogos Rurais **garante interoperabilidade** na *AP* e é uma *one-stop-shop* para todos O SGIFR promove uma gestão programada, com objetivos claros e responsabilidades bem definidas

O planeamento SGIFR é adaptativo e considera todos os níveis de decisão e definição de prioridades

A **qualificação e certificação** são apostas do SGIFR, que é preciso acelerar

A implementação total do SGIFR permitirá **poupar recursos e reduzir custos públicos e privados**

O SGIFR promove o **mérito e a** adequação física e psíquica ao exercício de funções

Portugal é uma referência internacional

Lideramos a reforma da gestão integrada



OS GRANDES MARCOS INTERNACIONALMENTE ASSINALADOS **JÁ ESTÃO EM CURSO COM O SGIFR**

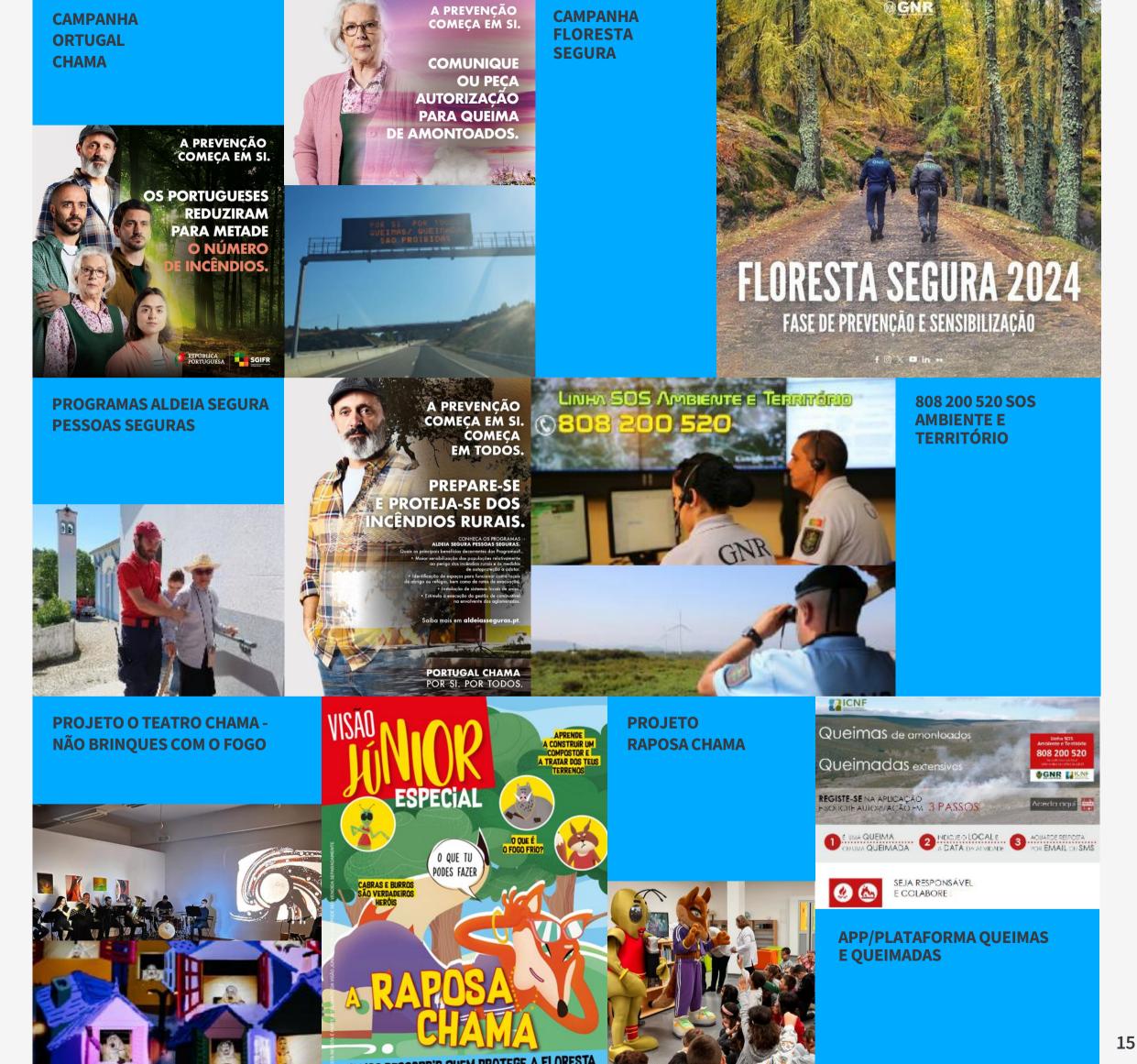
A declaração do G7 em Kananaskis pede ação integrada, uma abordagem de toda-a-sociedade e maior interoperabilidade.

O SGIFR responde: assegura interoperabilidade e prevê o envolvimento de todos os agentes.

O Tribunal de Contas Europeu pede melhor governança do risco de incêndio rural, e assinala falta de visão global dos investimentos. O SGIFR assegura a boa governança, e tem mecanismos de monitorização regular.

A OCDE assinala a relevância de uma abordagem de toda-a-sociedade e todo-o-governo. O SGIFR prevê uma coordenação de alto nível para agregar todos os agentes.

Portugal continua a chamar por todos os portugueses



Portugal chama por si. Portodos.

Saiba mais em: www.agif.pt www.portugalchama.pt





